

**PAULO DE BARROS CARVALHO**

Professor Emérito e Titular da PUC/SP

Professor Emérito e Titular da USP

Membro Titular da Academia Brasileira de Filosofia

**DIREITO TRIBUTÁRIO**  
**FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INCIDÊNCIA**

**11ª edição revista e atualizada**

2021

editoro e livrorio  
**NOESES**

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

**C327d**  
**11. ed.**

**Carvalho, Paulo de Barros**  
**Direito tributário : fundamentos jurídicos da incidência / Paulo de Barros Carvalho. - 11.**  
**ed., rev. e atual. - São Paulo : Noeses, 2021.**

**368 p. ; 23 cm.**  
**Inclui bibliografia**  
**ISBN 978-65-89888-11-6**

**1. Direito tributário - Brasil. 2. Incidência de impostos - Brasil. I. Título.**

**21-71909**

**CDU: 34:336.228(81)**

---

**Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439**

## SUMÁRIO

Prefácio à 11ª Edição.....	VII
Prefácio à 10ª Edição .....	IX
Prefácio à 9ª Edição .....	XI
Prefácio à 6ª Edição .....	XIII
Prefácio à 4ª Edição .....	XV
Prefácio à 3ª Edição .....	XVII
Prefácio à 2ª Edição .....	XIX
<b>PALAVRAS INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>1</b>

### Preâmbulo

## O FENÔMENO DA INCIDÊNCIA JURÍDICO-TRIBUTÁRIA

1. Considerações gerais.....	9
2. A trajetória do dever-ser até o ser da conduta.....	15
	XXI

DIREITO TRIBUTÁRIO  
FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INCIDÊNCIA

**Capítulo I**  
**SOBRE A NORMA JURÍDICA TRIBUTÁRIA,**  
**GERAL E ABSTRATA**

1. Texto e contexto.....	19
2. Enunciados prescritivos e normas jurídicas.....	23
3. A estrutura lógica das normas jurídicas: o antecedente	26
4. O operador deôntico .....	31
5. O conseqüente normativo .....	33
6. Normas primárias e secundárias .....	36
7. Normas gerais e individuais, abstratas e concretas..	38
8. Regras de conduta e regras de estrutura.....	44
9. As chamadas “sanções extrajudiciais” são também normas primárias .....	46
10. Norma jurídica e sistema.....	48
11. Classificação dos sistemas.....	50
12. Direito positivo: ordenamento ou sistema? .....	54
13. Sistema jurídico – dois corpos de linguagem.....	56
14. A prescritividade constitutiva do direito .....	61
14.1 A prescritividade do direito no Preâmbulo da Constituição .....	62
14.2 O perfil do Preâmbulo no direito positivo brasileiro .....	65
14.3 Retórica e Preâmbulo.....	66
14.4 Preâmbulo, ementa e Exposição de Motivos..	67
14.5 Súmula dominante e súmula vinculante.....	69

## PAULO DE BARROS CARVALHO

14.6	O Preâmbulo como feixe de marcas da enunciação, meio eficaz de acesso ao quadro axiológico que presidiu a edição do Texto Constitucional	72
14.7	Comandos de sobrenível – prescrições sobre prescrições .....	77
15.	Validade como relação de pertinência da norma com o sistema .....	78
16.	Vigência, eficácia técnica, eficácia jurídica e eficácia social .....	81
17.	Semiótica e textos jurídico-positivos – a interpretação do direito.....	85
17.1	A unicidade do texto jurídico-positivo e os quatro subsistemas: a) conjunto de enunciados, tomados no plano da expressão; b) conjunto de conteúdos de significação dos enunciados prescritivos; c) o domínio articulado de significações normativas; e d) a forma superior do sistema normativo .....	87
17.2	O plano $S_1$ : o sistema da literalidade textual, suporte físico das significações jurídicas.....	91
17.3	O plano $S_2$ : o conjunto dos conteúdos de significação dos enunciados prescritivos .....	94
17.4	O plano $S_3$ : o conjunto articulado das significações normativas – o sistema de normas jurídicas <i>stricto sensu</i> .....	99
17.5	O plano $S_4$ : organização das normas construídas no nível $S_3$ – os vínculos de coordenação e de subordinação que se estabelecem entre as regras jurídicas .....	102
17.6	O processo de construção normativa e as determinações específicas impostas pelo sistema..	105

DIREITO TRIBUTÁRIO  
FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INCIDÊNCIA

17.7 O trânsito entre os subdomínios $S_1$ , $S_2$ , $S_3$ e $S_4$ para a integração do sistema .....	107
18. A interpretação do direito e os limites da interdisci- plinaridade .....	110
19. O núcleo semântico da norma jurídica tributária ...	112
20. Regra-matriz de incidência tributária .....	115

## Capítulo II

### SOBRE O FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1. Enunciados e objetos da experiência – fato como enunciado protocolar – a constituição jurídica do fato	123
2. Percepção do objeto e categorias semióticas .....	130
3. Os enunciados conotativos e a construção dos fatos jurídicos .....	132
4. Erro de fato e erro de direito .....	135
5. A importância da teoria das provas para o reconhe- cimento dos fatos jurídicos .....	137
6. Realidade jurídica e realidade social .....	140
7. Realidades sociais intrassistêmicas e a teoria auto- poética do direito .....	141
8. A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idio- mas da mesma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser	146
9. Delimitação do conteúdo de “fato puro”, “fato contábil” e “fato jurídico” .....	147
9.1 Conclusão sobre o caráter exclusivamente jurídico do chamado “fato gerador” .....	156

## PAULO DE BARROS CARVALHO

9.2 A respeito da doutrina que recomenda a preferência do conteúdo à forma .....	157
10. A subsunção do fato jurídico tributário e seus efeitos normativos .....	161
11. O núcleo factual e as especificações de espaço e de tempo .....	164
12. As expressões utilizadas para nomear o fato jurídico tributário .....	166
13. Fatos jurídicos tributários simples e complexos.....	169
14. Fatos tributários instantâneos, continuados e “complexivos” .....	172
15. O elemento material do fato jurídico tributário .....	176
16. Os elementos temporal e espacial, na configuração do fato .....	177

### Capítulo III

## **SOBRE A RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA**

1. Causalidade física e imputação deôntica .....	183
2. As relações jurídicas são enunciados fácticos.....	185
3. O cunho relacional dos enunciados.....	190
4. O operador deôntico-jurídico identificando o enunciado relacional .....	191
5. Os elementos do fato relacional .....	194
6. Aspectos lógico-semânticos do fato relacional .....	198
7. A relação jurídica tributária.....	202
8. Os sujeitos da relação jurídica tributária – sujeito ativo .....	205

DIREITO TRIBUTÁRIO  
FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INCIDÊNCIA

9. Os sujeitos da relação jurídica tributária – sujeito passivo.....	207
10. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva.....	209
11. A solidariedade passiva na relação tributária .....	211
12. Responsabilidade tributária.....	213
13. Responsabilidade tributária e substituição.....	216
14. Relações tributárias obrigacionais e não obrigacionais	221
15. O elemento quantitativo das obrigações tributárias – base de cálculo .....	226
15.1 A base calculada como uma das unidades factuais que integram o complexo relacional do conseqüente, na individualidade da norma concreta.....	229
15.2 A base calculada como perspectiva dimensível do fato jurídico tributário. A necessária identidade entre o fato jurídico da base de cálculo (Fbc) e o fato jurídico tributário (Fjt) .....	231
15.3 Os cuidados especiais que o desenho da base de cálculo requer, por decorrência da posição preeminente que lhe atribuem a jurisprudência e a doutrina brasileira .....	235
15.4 O outro fator que integra o critério quantitativo: a alíquota.....	238
16. O marco temporal do nascimento das relações jurídicas tributárias.....	239
17. Como as relações jurídicas tributárias são produzidas, transformadas e extintas .....	244
18. A compostura lógica da obrigação e o quadro possível das providências extintivas .....	247
18.1 Pagamento .....	252
18.2 Compensação.....	253



## PAULO DE BARROS CARVALHO

18.3	Transação.....	255
18.4	Remissão .....	257
18.5	Decadência.....	258
18.6	Prescrição .....	265
18.7	Conversão de depósito em renda .....	267
18.8	O pagamento antecipado e a homologação do lançamento.....	268
18.9	A consignação em pagamento .....	271
18.10	A decisão administrativa irreformável.....	272
18.11	A decisão judicial passada em julgado .....	274
18.12	A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.....	275

## Capítulo IV

### **SOBRE A NORMA INDIVIDUAL E CONCRETA QUE DOCUMENTA A INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA**

1.	Imprescindibilidade .....	277
2.	O revestimento da linguagem prescritiva e as duas modalidades que o sistema prevê.....	281
3.	Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta.....	283
4.	Lançamento tributário o problema semântico .....	285
5.	Demarcação conceptual do vocábulo “lançamento”	290
6.	Lançamento tributário: norma, procedimento e acto	293

DIREITO TRIBUTÁRIO  
FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INCIDÊNCIA

7. O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário .....	298
8. Sobre o conteúdo do ato de lançamento.....	302
9. Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento.....	303
10. Lançamento provisório e definitivo .....	305
11. Lançamento e auto de infração .....	307
12. Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário.....	310
13. A norma jurídico-tributária, individual e concreta, produzida pelo sujeito passivo .....	312
14. A linguagem produtora da norma individual e o momento em que ela ingressa no sistema positivo .	317
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>319</b>